



MOVIMENTOS SOCIAIS E “QUESTÃO AGRÁRIA”: tendências contemporâneas

Sóstenes Ericson Vicente da Silva¹
Maria Virgínia Borges Amaral²

RESUMO:

A luta dos movimentos sociais organizados do campo no Brasil vem sofrendo, na atualidade, uma maior ofensiva do capital, sob a ação coercitiva e repressiva do Estado. São diversas as estratégias utilizadas para cooptar os movimentos que militam em torno da ‘questão agrária’ no país. O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e objetiva refletir sobre as tendências contemporâneas dos movimentos sociais organizados do campo em torno da ‘questão agrária’. Observa-se que tais movimentos estão mais dependentes das ações políticas e legais do Estado burguês e precisam ser compreendidas à luz de um processo contrarrevolucionário sem precedentes.

PALAVRAS-CHAVES: Movimentos Sociais. “Questão Agrária”. Contemporaneidade.

ABSTRACT:

The struggle of social movements organized the camp in Brazil has been suffering, in actuality, more offensive of capital, under the action coercive and repressive of state. There are several strategies used to co-opt movements who militating around the 'agrarian question' in the country. The present study consists of a literature and reflects on contemporary trends of organized social movements of the field around the 'agrarian question'. It is observed that such movements are more dependent on the politic actions and laws of the bourgeois state and must be understood in light of an unprecedented process counterrevolutionary.

KEYWORDS: Social movements. “Agrarian Question”. Contemporary.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: sericson1@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: mvirginia39@gmail.com



I INTRODUÇÃO

A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante, e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estrutura fundiária do Brasil. Durante séculos, a estrutura agrária brasileira esteve sustentada na tríade: latifúndio, trabalho escravo e monocultura. No entanto, embora formalmente tendo proibido a escravidão, esta tem se mantido, sob *novas* formas, o que nos leva a compreender que a ruptura com o tripé acima apontado ainda consiste em um desafio presente nos nossos dias, apesar da atuação de diversos movimentos sociais que tentam manter como pauta de luta a *questão agrária*³ e suas diversas refrações. No presente estudo, buscamos, em linhas gerais, trazer algumas reflexões sobre as tendências contemporâneas dos movimentos sociais que se inscrevem no campo dessa problemática. À luz de uma perspectiva crítica, tomamos por referência autores que se debruçam sobre tal problemática, com foco nas últimas décadas.

II A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO A PARTIR DOS ANOS 1980: notas sobre o MST

As lutas do/no campo⁴ se põem, de maneira mais expressiva, desde o século XIX e adentram o século XX, com embates decorrentes de um novo contexto histórico,

³ Segundo Fernandes, “a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2001, p. 23). Porto (1997, p.26 apud ALTA FIM, 2008) afirma que é a partir dos anos de 1950 que se pode falar de uma questão agrária brasileira. “[...] é o momento a partir do qual não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político”.

⁴ Temos utilizado a designação “do campo” ao invés de “rural” por entendermos que, apesar das restrições ao fato do Brasil não ter experimentado o campesinato (como apontado por Prado Júnior), tal designação remete ao ideário de luta, histórico e ideologicamente marcado, sentido que nem sempre comparece quando se nomeia como “rural”, um espaço de luta que excede em muito a



caracterizado pelo processo de industrialização *hipertardia* e pelo aumento da urbanização do país. Ao emergir da Ditadura, na década de 1960, a ação ostensiva do governo militar e dos segmentos da burguesia (ligados à agroexportação) sobre os movimentos sociais do campo provocou, num primeiro momento, certa desarticulação dos movimentos sociais do campo. No entanto, posteriormente, a *retomada* das lutas fez surgir novas estratégias de enfrentamento da “questão agrária”.

Nesse contexto, o Movimento dos Sem-Terra (MST) ganhou força, num período em que era fundamental articular uma unidade política face às demandas provenientes do campo, em especial às relacionadas aos efeitos da *revolução verde*. Além da dimensão política e jurídica que estavam presentes no Movimento, observa-se que houve conquista de espaço também como *força social*, inserida e se movimentando numa determinada conjuntura política e econômica.

Como a trajetória política do referido Movimento se inscreve, em cada contexto histórico, de maneira articulada com o dimensionamento dos problemas enfrentados pela população do campo em cada época, Coletti (1998) divide a trajetória do MST em algumas fases. A *primeira* delas, inserida na crise do regime ditatorial militar, começou com as ocupações de terra que, desde 1979, eclodiam em vários pontos do país. A *segunda* fase, desenvolveu-se sob o governo Sarney, tendo como marco seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o tratamento dado à questão pelo Congresso Constituinte.

Na *terceira* fase, contemporânea dos governos de Fernando Collor/Itamar Franco, a ofensiva do MST expandiu-se, ao mesmo tempo em que as desapropriações foram realizadas em muito menor quantidade que as do governo Sarney⁵. Finalmente, numa *quarta* fase, tendo em vista que a autora analisou até 1998, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o MST passou a ocupar um lugar de destaque nos meios de comunicação e no discurso político-partidário e a luta pela reforma agrária ganha projeção internacional.

Propomos então *nova* fase, agora sob o governo Lula. Por esses dias, a atuação do MST, desencantado da possibilidade de ampliação da reforma agrária, tem sido ‘andar em

condição geográfica e econômica. Nesse contexto, “campo”, para nós, representa o “rural” mobilizado.

⁵ Segundo dados do INCRA, no governo Collor foram assentadas 494 famílias e no governo Itamar Franco, 36.481. Ainda segundo esses dados do INCRA, no governo Sarney teriam sido assentadas 115.070 famílias. Tais dados são citados por Sérgio Leite, "Assentamentos rurais no Brasil: Impactos, dimensões e significados". In: João Pedro Stédile (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159.



círculo'. Isto porque o país vive um período de contra-reforma, caracterizado pelo recuo do governo em tratar a *questão agrária*, cooptação de lideranças sindicais, marginalização do MST sob influência da mídia, e *judicialização* da *questão agrária*, além da continuação das mortes no campo.

Historicamente, houve uma dupla institucionalização do movimento rural e da demanda pela reforma agrária. De um lado, instituições do próprio Estado burguês, como o INCRA (e mais recentemente um Ministério Especial para a Reforma Agrária, o MDA) refletem a contradição histórica da concentração de terras no Brasil, buscando integrar as massas do campo, com suas demandas, ao regime político da burguesia, sem fazer a reforma agrária⁶, e afastando os ideais de revolução social.

De outro lado, a própria organização do movimento de massas, na qual o MST ocupa hoje o espaço então ocupado pelas Ligas Camponesas, comparece como uma variante capaz de utilizar a mesma mística revolucionária de seus predecessores, mas contendo a mobilização social dos agricultores e trabalhadores do campo dentro dos limites impostos pelo regime de dominação dos capitalistas. São ainda capazes de conciliar a defesa de bandeiras socialistas com o apoio aberto a um governo burguês como foi o de Lula e está sendo o de Dilma, o que constitui uma tendência de atuação de diversos movimentos do campo: a ação restrita aos limites impostos pelo Estado, ou seja, a ação *dentro da legalidade*, nos limites estabelecidos pelo Estado.

A ofensiva burguesa contra os movimentos sociais do campo também se utiliza frequentemente da mídia, para influenciar a opinião pública contra os movimentos do campo⁷ e para minar as ações impetradas pelos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária. Nesse processo de luta, à medida que ocorre um distanciamento dos ideais revolucionários, por parte dos movimentos sociais do campo, mergulha-se num emaranhado de ações desarticuladas e limitadas, o que, aliás, já vinha acontecendo com a classe trabalhadora desde o final do século XIX e início do século XX.

⁶ Para alguns estudiosos a reforma agrária já não é mais necessária, tendo em vista que o processo de reestruturação produtiva no campo tem proporcionado um crescimento econômico satisfatório, sem a necessidade de distribuição de terras para produtores familiares e trabalhadores rurais. Tal concepção também é defendida por setores importantes do governo, cujas ações, nos últimos tempos, têm evidenciado um recuo significativo da desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

⁷ Já se falou, por exemplo, em uma associação entre o MST e às FARC (Forças Revolucionárias da Colômbia, consideradas pelos Estados Unidos como grupo terrorista), além das diversas acusações de furtos, assassinatos, vandalismo e tentativas de homicídio. Cf. Policarpo Júnior; Krause, 2009.



Naquele período,

a classe trabalhadora acabou perdendo, cada vez mais, a sua perspectiva revolucionária, de superação do capital, para dedicar-se à luta por melhorias tópicas. Os partidos de esquerda, que se diziam representantes dos interesses da classe trabalhadora e condutores da sua luta foram se tornando, cada vez mais, partidos tipicamente burgueses, cujo objetivo não era mais a emancipação humana, mas a tomada do poder, na suposição de que, por intermédio dele, poderiam realizar as transformações sociais (TONET; NASCIMENTO, 2009).

É fato que a necessidade que os movimentos sociais no campo têm de manter uma constante negociação com o Estado e com os governos para atender às demandas do cotidiano das bases de suas organizações vem gerando, especialmente durante o governo Lula, uma relação com muitas ambiguidades, o que não se restringe aos movimentos sociais, mas também aos partidos de 'esquerda'. Na verdade,

trocaram os projetos ideológicos de outrora pela administração do sistema, já que aceitam os fatos do dia-a-dia como medida do seu agir e pensar. Mais uma vez procuram iludir as contradições do sistema, em vez de procurar desvendá-las em toda a sua profundidade (...). Noutras palavras, trocaram a militância política de outrora pela ação humanitária, pois acreditam que salvar uma vida humana, lidar com o imediato para enfrentar situações particulares é muito mais importante do que lutar pelo socialismo (TEIXEIRA; FREDERICO, 2009, p. 39).

No entanto, ao mesmo tempo em que há uma relação de reciprocidade política, de participação de lideranças do campo na gestão pública do Estado, de busca de novos espaços de participação, como nas conferências, nos conselhos e na discussão do Plano Plurianual (PPA 2008/2011), algumas alas mais radicais dos movimentos ainda manifestam a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os rumos neoliberais que o governo assumiu, além de buscarem a manutenção da autonomia política do movimento social, constituindo-se uma idéia que vem crescendo atualmente nos movimentos sociais no campo.

Ao incorporar a necessidade de apenas buscar *melhorias* dentro das possibilidades apresentadas pelo governo, os movimentos sociais e os sindicatos tornam-se partícipes de uma compreensão equivocada do que realmente representam tais concessões, tendo em vista que "os programas de atenção ao trabalhador apresentam



medidas emergenciais, respondem às necessidades urgentes, inadiáveis, por uma questão de manutenção da ordem social e obediência às determinações do capitalismo global” (AMARAL, 2008, p. 68).

III CONCLUSÃO

Na contemporaneidade, as lutas dos movimentos sociais do campo no Brasil, no que diz respeito à ‘questão agrária’, vêm se distanciando da perspectiva de transformação radical da sociedade capitalista, buscando medidas limitadas e pontuais, que não representam avanços estruturais rumo à superação da ordem vigente. Nesse contexto, o fim da propriedade privada não representa, objetivamente, o eixo de enfrentamento das lutas sociais do campo.

É oportuno salientar que a recusa da separação entre ação econômica e ação político-parlamentar, e entre luta social e luta política⁸, é *absolutamente imperiosa* e mesmo *imprescindível* quando se pretende derrotar de fato o poderoso sistema de metabolismo social do capital, estruturado a partir do tripé Estado, Capital e Trabalho assalariado.

Daí os movimentos sociais organizados em torno da ‘questão agrária’ precisam recompor as suas bases e reafirmar as suas bandeiras históricas na perspectiva de superar os gargalos impostos pelo Estado neoliberal, buscando uma ação articulada e que supere os limites impostos pelo capitalismo, do contrário continuaram agindo de maneira pontual, superficial e limitada, enquanto a base produtiva do sistema permanece inalterada, garantindo sua acumulação e expansão. Além disso, com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem cada vez mais um sentido universalizante. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas com uma luta de amplitude internacional.

⁸ Para Mészáros (1995), a ação contra o domínio do capital em busca do socialismo deve articular *luta social e luta política* num complexo indissociável.



REFERÊNCIAS

ALTAFIM, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2008.

AMARAL, M^a Virgínia Borges. A dinâmica do capitalismo global e os direitos do trabalhador no Brasil. In. VIEIRA, A. C. S. e AMARAL, M. V. B. (orgs.). **Trabalho e direitos sociais: bases para a discussão**. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 57-72.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. da Unicamp/Centro de Memória, 1998.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 1995.

POLICARPO JÚNIOR; KRAUSE, Sofia. Por dentro do cofre do MST. In. **Revista Veja**. São Paulo: Editora Abril. Edição 2128. Ano 42. Nº 35. 02 de Setembro de 2009. p. 64-69.

STÉDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda**. Da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa–Omega, 2009.